

AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS  
E O ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NO BRASIL

Vitor Gomes (UFRJ)  
[vitornaitalia@hotmail.com](mailto:vitornaitalia@hotmail.com)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre as políticas linguísticas vigentes no Brasil e o ensino de língua estrangeira nas escolas públicas nacionais. À luz de Calvet (2002 e 2007), Rajagopalan (2003) e Chardenet (2008), será realizada uma pesquisa sobre as políticas linguísticas relacionadas à construção da imagem de língua. A imagem que se tem em modo geral e a imagem transcrita pelos teóricos, no que um rótulo pode estigmatizar um falar de uma comunidade minoritária, se esta estigmatização pode afetar na manutenção dessa língua gerando um apagamento, e até, uma extinção, por culpa de um preconceito linguístico. Com base nos estudos de Martinez (2009) este trabalho será norteado a fim de dissertar sobre o tema do ensino de língua estrangeira no território brasileiro. Suas problemáticas, questões relacionadas ao processo ensino/aprendizagem e o relacionamento desses fatores com as políticas linguísticas que vigoram contemporaneamente no Brasil.

**Palavras-chave:** Política linguística. Ensino de língua estrangeira. Imagem da língua.

1. *Introdução*

À luz de Calvet (2002 e 2007), Rajagopalan (2003) e Chardenet (2008) será realizada uma pesquisa sobre as políticas linguísticas relacionadas à construção da imagem de língua. A imagem que se tem em modo geral e a imagem transcrita pelos teóricos, no que um rótulo pode estigmatizar um falar de uma comunidade minoritária, se esta estigmatização pode afetar na manutenção dessa língua gerando um apagamento, e até, uma extinção, por culpa de um preconceito linguístico.

Com base nos estudos de Martinez (2009) este trabalho será norteado a fim de dissertar sobre o tema do ensino de língua estrangeira no território brasileiro. Suas problemáticas, questões relacionadas ao processo ensino/aprendizagem e o relacionamento desses fatores com as políticas linguísticas que vigoram contemporaneamente no Brasil.

Para melhor ancorar o presente estudo na temática escolar serão utilizados os estudos de Soares (2008), e os textos de referências para o ensino brasileiro, como os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, o Programa Nacional do Livro Didático e as *Leis de Diretrizes e Bases*.

Além do explicitado nos parágrafos anteriores deste estudo será feita uma reflexão sobre as políticas linguísticas e o ensino de língua estrangeira no Brasil. Quais seriam os reflexos desse papel político nas instituições de ensino de língua estrangeira no Brasil e quais consequências trazem para o processo de ensino/aprendizagem no território nacional?

## 2. Políticas linguísticas

Começemos por duas definições. Chamemos *política linguística* um conjunto de escolhas conscientes referente às relações entre língua(s) e vida social, e *planejamento linguístico* a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato. (CALVET, 2002, p. 145)

A importância do campo de estudo do presente ponto é ímpar e de grande responsabilidade que são as relações entre vida social e língua. O Estado tem o poder de passar do estágio de planejamento para a prática. Porém, também é seu dever não excluir entidades menores como as línguas regionais ou as comunidades linguísticas cujo a língua abarque mais de um Estado.

O campo de estudo político ligado a linguística é recente e ainda não tem lugar de destaque no curriculum da graduação nas universidades brasileiras. Contudo, cresce o interesse e a pesquisa na área das políticas linguísticas. Estudos como o de Calvet (2002 e 2007), Chardenet (2011) e Rajagopalan (2003) têm suma importância para o desenvolvimento deste campo de estudo. Os mesmos serão de grande uso neste trabalho para salientar algumas questões de política linguísticas referentes ao processo de ensino/aprendizagem de língua estrangeira no território brasileiro.

Segundo Chardenet (2011) a ação humana sobre as línguas constitui um objeto de saber construído, o qual, se funde a uma disciplina ainda em formação. Disciplina esta conhecida como política linguística.

Pode-se, então, afirmar que os estudos sobre as políticas linguísticas e suas implicações na sociedade e no processo de ensino/aprendizagem são recentes e ainda em formação. Contudo, a área da linguística, como um todo, cresce no Brasil.

Estamos vivendo no Brasil a reprise de um fenômeno que esteve em evidência nos países da Europa e nos Estados Unidos há algumas décadas: a 'explosão' da disciplina chamada 'linguística' que se verifica no Brasil hoje já não

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

é algo que possa ser observado em muitos outros países. (RAJAGOPALAN, 2003, p. 37)

A área da política linguística também cresce junto ao grande "guarda-chuva" que é a linguística, assim, contemplando, hoje, o que outrora não tinha um aparato teórico suficiente para uma explanação com fundamentos científicos.

O presente ponto se propõe a esclarecer argumentações como: a escolha de uma nomenclatura pode influenciar uma comunidade linguística. E como uma língua dita *standard* é tomada como ponto de referência para o processo de ensino/aprendizagem de língua estrangeira.

Cada língua pode trabalhar sua comercialização ou sua comercialização vem trabalhada de maneira involuntária através de fatos históricos como a globalização, industrialização etc. O fato é que toda língua tem seu valor, sua cotação e existe uma cotação econômica, como moedas. (BOURDIEU, 1982). Em sua origem o comércio era justamente feito à base de troca. E o ensino de língua estrangeira se baseia na troca comunicativa.

Contemporaneamente a língua inglesa junto à língua espanhola têm "tomado conta" de uma grande parcela do espaço para línguas estrangeiras nas escolas em todo território nacional. Mesmo que nos PCN a recomendação seja para que haja uma diversidade linguística e que se evite uma padronização da escolha de uma ou outra língua estrangeira. Contudo, a escolha da grande maioria das escolas no Brasil se deve ao valor comercial das línguas. A língua inglesa e/ou a língua espanhola são julgadas pelas escolas como mais interessantes e/ou funcionalmente práticas para seus estudantes.

Essas duas línguas mencionadas, o inglês e o espanhol, obtiveram seu valor comercial através de diferentes modos. O inglês veio junto à globalização devido ao crescimento industrial dos países de anglófonos, no caso do crescimento do espanhol se deve ao poder sociocultural, da proximidade dos países hispanofalantes na América-latina e o grande investimento da Espanha, que obtém grande parte de seu produto interno bruto (PIB) através de materiais didáticos e cursos de língua estrangeira, no caso o espanhol da Espanha.

Os países como a Espanha, a França e a Inglaterra tentam impor uma standardização para manter o poder sobre o comércio que gira em torno do aprendizado de língua estrangeira. Contudo, o crescimento econômico e a globalização deram a alguns países em desenvolvimento e/ou

que outrora foram colonizados o poder de reivindicar a sua língua a sua variedade. E que esta variedade venha ser estudada como legítima e não como um subproduto da língua dita *standard*.

*Mais cela se complique dans les cas des langues internationalisées, et plus particulièrement lorsque les pays d'importation se sont développés au point de pouvoir contester les institutions centrales des pays d'exportation (sur des bases complexes de puissance économique, politique, démographique). C'est bien entendu les cas de l'anglais, de l'espagnol, du portugais mais aussi celui du français dès aujourd'hui avec le Québec et demain avec la croissance démographique africaines.* (CHARDENET, 2011).

O crescimento dos países outrora colonizados reposiciona e desloca os valores das línguas estudadas nas escolas. O francês perdeu muito espaço para o inglês nas escolas brasileiras por culpa do crescimento estadunidense e por consequência o crescimento da língua inglesa. Mas este acontecimento não se deve, somente, ao fator econômico. A língua também está ligada as imagens que são construídas pela cultura, a sociedade etc. que formam um constructo de valor que pode levar a uma escola optar por estudar uma determinada língua ao invés de uma outra.

### **3. O ensino de língua estrangeira no Brasil**

O indivíduo, a sociedade e as línguas entram em jogo em uma relação didática que não escapa às regras de comunicação humana. O ensino de línguas estrangeiras só pode, com efeito, ser examinado como uma forma de troca comunicativa: ensinar é por em contato, pelo próprio ato, sistemas linguísticos, e as variáveis da situação refletem-se tanto sobre a psicologia do indivíduo falante quanto sobre o funcionamento social em geral. Quem começa a aprender uma língua, adquire-a e a pratica em um contexto biológico, biográfico e histórico. (MARTINEZ, 2009, p. 15)

Estudar línguas estrangeiras tem sido um desafio no Brasil. As estruturas escolares não favorecem ao ideal de ensino pensado pelas técnicas e métodos didáticos para línguas estrangeiras. Assim como idealiza do nos escritos dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, os PCN.

Os PCN propõem que se utilize uma abordagem sociointeracional no processo de ensino/aprendizagem de língua estrangeira. O documento também associa o aprendizado e desenvolvimento da língua estrangeira à língua materna. Agregando a este ensino valores humanitários como a compreensão de diferentes culturas e sociedades, compreensão de gêne-

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

ros, assim tornando a compreensão da cultura, sociedade e língua de origem do aprendiz mais fácil.

Considerando que a maior parte da população brasileira economicamente ativa não tem acesso à rede privada de ensino a escola é construída para o povo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1982, aproximadamente 70% da população economicamente ativa possuía um rendimento de até dois salários mínimos. Pode-se afirmar, a partir desses dados, que a escola brasileira é feita para o povo. Para a maioria da população brasileira.

Entretanto, essa escola para o povo é, ainda, extremamente insatisfatória, do ponto de vista quantitativo e, sobretudo, qualitativo. Não só estamos longe de ter escola para todos, como também a escola que temos é antes *contra* o povo que *para* o povo: o fracasso escolar dos alunos pertencentes às camadas populares, comprovado pelos altos índices de repetência e evasão, mostra que, se vem ocorrendo uma progressiva democratização *do acesso à escola*, não tem igualmente ocorrido a democratização *da escola*. Nossa escola tem se mostrado incompetente para a educação das camadas populares, e essa incompetência, gerando o fracasso escolar, tem tido o grave efeito não só de acentuar as desigualdades sociais, mas, sobretudo, de legitimá-las. (SOARES, 2008 p. 6)

A não capacidade da escola para suprir todas as necessidades do aluno no processo de aquisição de uma segunda língua esbarra nos fatores citados acima. A escola, que deveria ser e é responsável por uma equalização socioeconômica, acaba, por culpa de sua estrutura inapropriada, contribuindo para uma disparidade ainda maior entre os brasileiros de classes econômicas diferentes.

A escola não sendo capaz de ensinar com eficácia uma língua estrangeira “deixa” esta tarefa a cargo de outras instituições privadas. O “deixar” a tarefa a cargo de instituições privadas não isenta a escola de sua obrigação de ensinar a língua estrangeira. No entanto, o que acontece é o reforço da diferença socioeconômica através do próprio poder econômico. Os alunos que tiverem acesso a essas instituições privadas de ensino obterão um conhecimento diferenciado referente ao aluno que não obtiver o mesmo acesso. Logo, o aprendiz que obteve um acesso melhor ao ensino, terá uma progressão de crescimento profissional mais acelerada e por consequência um maior crescimento econômico. As chances de conseguir uma vaga no mercado de trabalho se tornarão diferentes. O aluno com menos acesso a uma escola onde o ensino é realizado o mais próximo do ideal tende a não ser competitivo em relação ao que teve acesso um acesso privilegiado. Por esses fatores que Soares (2008) afirma que a escola não atua *para* o povo e sim *contra* o povo.

Contudo, é possível realizar trabalhos com um desenvolvimento linguístico positivo. Não se pode parar no primeiro obstáculo. Deve-se criar exemplos positivos de escolas onde o ensino de língua estrangeira se realize com sucesso e seja feita dessa escola uma escola transformadora. Onde a instituição de ensino de língua estrangeiras ajude a compreensão de sociedade e a não subjugar as diferentes culturas, variedades na língua materna, diferenças de credo etc.

...uma escola transformadora não aceita a rejeição dos dialetos dos alunos pertencentes às camadas populares, não apenas por eles serem tão expressivos e lógicos quanto o dialeto de prestígio, mas também, e sobretudo, por que essa rejeição teria um caráter político inaceitável, pois significaria uma rejeição *da classe social*, através da rejeição de sua linguagem. (SOARES, 2008, p. 74)

A escola é um meio indispensável de combate contra as desigualdades sociais e econômicas. Garantir o acesso a todos à escola é fundamental para uma equalização social. E para que exista uma igualdade social e econômica a escola deve estar estruturada para funcionar plenamente.

Caso a estrutura da escola não contemple todas as premissas idealizadas pelos documentos norteadores da educação brasileira, como os PCN, O PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), a escola acabará, como já fora explicitado, contribuindo para uma, ainda maior, disparidade socioeconômica da sociedade brasileira.

... a escola é muito mais importante para as camadas populares que para as classes dominantes. Para estas, ela tem, sobretudo, a função de legitimar privilégios já garantidos pela origem de classe; para as camadas populares, a escola é a instância em que podem ser adquiridos os instrumentos necessários à luta contra a desigual distribuição de privilégios. (SOARES, 2008, p. 73)

Na escola se tem o lugar do ensino de língua estrangeira e esta disciplina também é parte componente para um combate a desigualdade social e econômica. Aprender uma língua estrangeira não só promove um conhecimento de novas culturas, sociedades, estruturas linguísticas etc., mas também ajuda no desenvolvimento da língua materna.

Contudo, se nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* e no Programa Nacional do Livro Didático, é dito que se deve propiciar o aprendizado e a prática das quatro habilidades fundamentais (leitura, escrita, fala e compreensão oral). Como fazer essa prática com o alto número de alunos dentro de sala de aula? Cada atividade tomaria muito tempo da aula e os alunos perderiam o interesse.

## **XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

Todas as partes designadas como estrutura da escola influenciam diretamente no processo de ensino/aprendizagem e logo, influencia, também, a sociedade tendo um cunho não unicamente pedagógico, mas também político. Seja a estrutura física como as salas e os laboratórios, como o número de alunos por sala de aula. Todos são fatores determinantes para o sucesso ou o fracasso da escola.

Outro fator é a motivação dos professores em relação ao seu trabalho. Um professor motivado certamente trabalha melhor do que um não motivado. A motivação dos professores é reflexo das condições de trabalho nas quais eles se encontram, os salários etc.. Tudo contribui para a motivação do profissional da educação.

Todos os fatores supracitados influenciam no processo de ensino/aprendizagem e as camadas populares não tem escolha, a escola onde os alunos estudarão serão as ofertadas pelo governo, tenham elas boas condições ou não.

### ***Conclusão***

A partir do conceito de política linguística que se define em escolhas conscientes que influem sobre a língua, o modo como se age e se trabalha com e sobre ela. O presente estudo disserta sobre as questões das políticas linguísticas junto ao ensino de língua estrangeira no Brasil.

No que tange os estudos de língua estrangeira no Brasil é possível afirmar que é de conhecimento geral que as línguas estrangeiras são estudadas na escola, contudo, as instituições de ensino público não estão, ainda, preparadas para exercer a função do ensino de maneira adequada e que fora idealizada pelos PCN.

O ensino de língua estrangeira no Brasil “enfrenta” em alguns pontos a política linguística. Na escolha da língua usada na instituição de ensino, no tempo de estudo semanal da língua, na estrutura ofertada nas escolas para o processo de ensino/aprendizagem, na escolha do livro didático etc.

A importância do vínculo entre a política linguística e o ensino se constrói na responsabilidade da escola em ser um equalizador social. Essa equalização socioeconômica só ocorre quando existe o acesso de todas as pessoas a um ensino de qualidade, onde as camadas economicamente mais baixas da população podem receber as mesmas oportunidades de

crescimento profissional e pessoal do que as pessoas das classes mais altas.

Quando a escola pode fazer esse trabalho de equalizadora socioeconômica, ela se torna redentora e ajuda a construir uma sociedade mais justa e igualitária. Contudo, também foi possível observar, que se a escola não é capaz de realizar essa equalização ofertando um ensino de qualidade a todos, a escola, se torna uma instituição *contra* o povo onde a mesma acaba contribuindo para uma segregação social e promove uma situação estanque sobre o crescimento econômico das camadas mais baixas da população. E logo, as classes socioeconômicas mais altas continuariam no controle do poder administrativo e econômico, enquanto as classes baixas continuariam longe do poder e da oportunidade de crescer.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBONI, Paolo E. La política linguística in Europa. *Italica*, American Association of the Teacher of Italian, n. 4, p. 510-517, 2003

BOURDIEU, P., *Ce que parler veut dire*. Economie des échanges linguistiques. Paris: Fayard, 1982.

\_\_\_\_\_. *La distinction*. Critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.

BRASIL. *Guia de livros didáticos: PNLD 2012: língua estrangeira moderna*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua estrangeira (5<sup>a</sup>-8<sup>a</sup> séries)*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC/SEF, 1999.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Florianópolis: Ipol; São Paulo: Parábola, 2007

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

\_\_\_\_\_. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad.: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CASTELLOTTI, V., *La langue maternelle en classe de langue étrangère*. Paris: CLE International, 2001.

CHARDENET, Patrick. *Mondialisation et commerce des langues* (manuel d'autoinfomation), version 2011

MARTINEZ, Pierre. *Didática de línguas estrangeiras*. São Paulo: Parábola. 2009.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Virtudes e controvérsias da linguística. In: XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana. (Orgs.). *Conversas com linguistas*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

\_\_\_\_\_. Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a linguística que nos deixou na mão. In: LOPES DA SILVA, Fábio; RAJAGOPALAN, Kanavillil. (Orgs.). *A linguística que nos faz falhar*. São Paulo: Parábola, 2004, p. 11-38.

\_\_\_\_\_. *Por uma linguística crítica*. Linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. *Gêneros do discurso no círculo de Bakhtin*: ferramentas para a análise transdisciplinar de enunciados em dispositivos e práticas didáticas. Campinas: Unicamp, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006

SILVA, K. A.; SANTOS, L. I. S.; JUSTINA, O. D. Entrevista com Kanavillil Rajagopalan: ponderações sobre linguística aplicada, política linguística e ensino-aprendizagem. *Revista de Letras Norte@mentos – Revista de Estudos Linguísticos e Literários*. Edição 08 – Estudos Linguísticos, 2011/02. Disponível em: <[http://projetos.unemat.net.br/revistas\\_eletronicas/index.php/norteamentos](http://projetos.unemat.net.br/revistas_eletronicas/index.php/norteamentos)>.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: Uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2008.